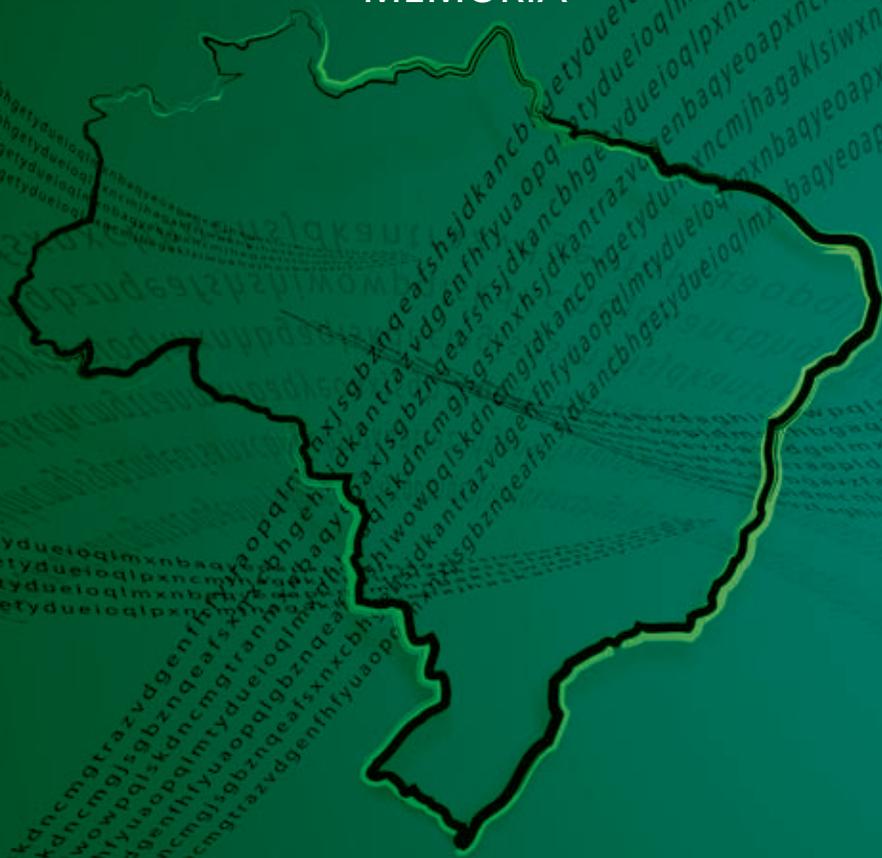


PANORAMA DA COMUNICAÇÃO E DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

2011/2012

MEMÓRIA



VOLUME 3



Brasília-DF
2012



PERIODIZAÇÃO DO CAMPO COMUNICACIONAL BRASILEIRO

José Marques de Melo*

ANTECEDENTES

Enquanto espaço aglutinador de estudos que focalizam as interações simbólicas entre pessoas, instituições e comunidades, a comunicação ainda carece de precisão conceitual, donde surge a dificuldade de estabelecer marcos cronológicos. Mesmo assim, torna-se indispensável esboçar fronteiras para guiar o itinerário das novas gerações.

Quando aparece o campo da comunicação? O objeto de estudo parece evidente no mundo ocidental, através da obra de Marco Fábio Quintiliano, autor de *Institutionis Oratoriae* composta por 12 livros, configurando o “acontecimento intelectual mais importante da última década do século primeiro da nossa era.” (Ortega, 1996, p. 11). Porém a constituição do campo tem sido motivo de controvérsia entre os historiadores.

Jorge Pedro de Sousa (2009, p. 60) credita esse mérito a Tobias Peucer, autor da tese doutoral *De relationibus Novellis*, defendida na Universidade de Leipzig, Alemanha (1690). Armand Mattelart (1995, p. 11) atribui a primazia aos enciclopedistas franceses, argumentando que Diderot, D’Alembert e seus pares legitimaram o novo campo de estudos, catalogando-o como “ciência de comunicar”, tanto no *Discours Préliminaire* (1751) quanto no corpo da *Encyclopedie des sciences, des arts et des métiers* (1772). Por sua vez, Everett Rogers (1995) reconhece Wilbur Schramm como o “verdadeiro fundador do campo”. Sua justificativa enaltece a assessoria que ele prestou à comunidade internacional, respaldando a ofensiva bélica norte-americana para neutralizar a propaganda nazista durante a II Guerra Mundial.

Não faltam, contudo, os que preferem buscar marcos internacionais, simbolizando a constituição de uma comunidade acadêmica, que vem funcionando, há meio século, como ponto de referência para os que pesquisam e produzem conhecimento comunicacional no mundo inteiro. São considerados seus artífices os franceses Jacques Kayser e Fernand Terrou, convidados pela UNESCO para assessorar suas estratégias de comunicação, incluindo a criação da *International Association for Mass Communication Research*, meta alcançada em Paris, 1957.

* Professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) e Professor Titular da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Email: marquesdemelo@uol.com.br.

Pertencendo a essa comunidade desde a fundação, o Brasil teve em seu representante, Danton Jobim, uma espécie de “cardeal” do jornalismo, que além desse papel fundador, desempenharia mais tarde uma função-chave na sedimentação do campo da comunicação no próprio país.

PERIODIZAÇÃO

A História do campo comunicacional brasileiro pode ser concebida em três fases que refletem a marcha civilizatória da nossa sociedade. Estruturadas em períodos sintonizados com o tecido da nossa identidade cultural, elas estão descritas, a seguir, no quadro do empirismo comunicacional brasileiro. (Marques de Melo, 2011)

I – Fase do empirismo difuso

1. Período Cabralino – Europeização – desde a chegada de Pedro Álvares Cabral (1500) até a expulsão dos jesuítas (1759), exploradores e missionários percorreram o nosso território, deixando registros sobre os resquícios das sociedades indígenas ou sobre as inscrições atribuídas aos aventureiros que por aqui passaram. O mais preciso roteiro desse período encontra-se no livro de Luiz Beltrão – *Comunicação e Folclore* (São Paulo, Melhoramentos, 1970). Pistas utilitárias para melhor discernir sua fisionomia podem ser encontradas em obras de referência como as de Alfredo de Carvalho – *Pré-História Sul-americana* (Recife, 1910), *Aventuras e aventureiros no Brasil* (Rio de Janeiro, Pongetti, 1920), Sérgio Buarque de Holanda – *Caminhos e Fronteiras* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1957), Egon Schaden – *Aculturação Indígena* (São Paulo, Pioneira, 1969). Ainda que ignorando conscientemente o espaço lusitano, vale a pena consultar, para fins comparativos, a antologia organizada por Luis Ramiro Beltrán – *La comunicación antes de Colón* (La Paz, Cibec, 2008).
2. Período Pambalino – Lusitanização – a ascensão do Marquês de Pombal ao comando do governo português (1750) representa de fato o início da colonização portuguesa no Brasil. O conhecimento existente sobre o período focaliza o declínio da “língua geral” (tupi-guarani) e a difusão compulsória da língua portuguesa como código de comunicação ensinado nas escolas públicas instaladas em locais estratégicos do território nacional. Discute também a natureza da comunicação persuasiva instituída nos processos de evangelização das tribos indígenas, bem como o fluxo das ideias que penetravam na população colonizadora, contrabandeadas nos porões dos navios ou introduzidas clandestinamente na bagagem dos visitantes estrangeiros. Esse período está bem delineado na obra pioneira de Carlos Rizzini – *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (Rio de Janeiro, Kosmos, 1946) e contextualizado

por Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1948) e por Maria Beatriz Nizza da Silva – *Cultura no Brasil Colonial* (Petrópolis, Vozes, 1981), sendo útil, para entender suas variáveis, a consulta a fontes canônicas como aquelas de autoria de Teodoro Sampaio – *O Tupi na Geografia Nacional* (Salvador, Câmara Municipal, 1955), José Honório Rodrigues – *A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial*, ensaio incluído no livro *História Viva* (São Paulo, Global, 1985, p. 11-48), Barbosa Lima Sobrinho – *A língua portuguesa e a unidade do Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1958), mas também o estudo monográfico de Carlos Guilherme Mota – *A ideia de Revolução no Brasil* (Rio de Janeiro, Globo, 2008).

3. Período Joanino – Brasilianização – Ao proclamar o Brasil como Reino Unido a Portugal, abrindo os nossos portos às “nações amigas” (1808), o Príncipe Regente, logo depois coroado como D. João VI, criava condições para superar o estatuto colonial e caminhar em direção à independência política. O saber acumulado focaliza a nossa autonomia comunicacional, tornando a língua portuguesa um idioma mestiço, ao incorporar palavras e sentidos oriundos das línguas nativas e dos dialetos africanos. Privilegia também o impacto da imprensa na formação da identidade nacional e os embates dos seus editores com a censura governamental. Período rico e extenso, sua compreensão pode ser facilitada pela leitura de obras gerais como as de Maria Beatriz Nizza da Silva – *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro – 1808-1821* (São Paulo, Nacional, 1977) e de Antonio Costella – *O controle da informação no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 1970) ou de estudos específicos como os de Isabel Lustosa – *Insultos Impressos* (São Paulo, Cia. das Letras, 2000) e de Maria Beatriz Nizza da Silva – *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade* (Rio de Janeiro, EdUERJ).

II. Fase do empirismo concreto

1. Período Barbosiano – Cognição – Gênese da conversão dos fatos comunicacionais em objeto de estudo sistemático. O lócus desse período é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde o Cônego Januário da Cunha Barbosa os inclui na agenda investigativa (1839), difundindo seus resultados nas páginas da Revista do IHGB ou nos livros publicados pelos sócios. Trata-se de iniciativa que seria continuada, após seu falecimento (1846) pelo Cônego Fernandes Pinheiro, também estudioso da persuasão cristã nas sociedades indígenas, além de se haver interessado pela questão da imprensa, publicando artigo (1859) que provocou celeuma na historiografia nacional. O pano de fundo da historiografia

cultivada pelo IHGB pode ser visto em duas obras escritas em distintos contextos: José Honório Rodrigues faz um inventário da gênese e do desenvolvimento institucional em *A pesquisa histórica no Brasil* (São Paulo, Nacional, 1969), enquanto Astor Antônio Diehl – *A cultura historiográfica brasileira* (Passo Fundo, Ediupf, 1998) realiza uma exegese crítica do pensamento histórico ali estimulado.

2. Período Lacerdiano – Aplicação – A luta pela inclusão do saber jornalístico no sistema educativo, iniciada pelo repórter Gustavo de Lacerda, fundador da Associação Brasileira de Imprensa (1908), converte a ABI em alavanca do conhecimento aplicado à profissão e dos debates sobre as dimensões sócio-culturais ou político-econômicas do jornalismo. Fontes autorizadas para entender o complexo institucional que caracteriza a ABI são os livros de Fernando Segismundo – *ABI, 80 anos* (Rio de Janeiro, Unigraf, 1988) e de Edmar Morel – *A trincheira da liberdade: História da ABI* (Rio de Janeiro, Record, 1985).
3. Período Liberiano – Formação – Ao instituir a primeira Faculdade de Jornalismo do país (1943), o empresário Cásper Líbero (1943) induz o Estado a reconhecer as demandas industriais, fortalecidas pela criação da Escola Superior de Propaganda (1951). Convertido em segmento universitário que se alastrou rapidamente em todo o país, tais unidades de ensino passam a formar especialistas nos ramos emergentes desse setor produtivo. Os cenários desse período estão resgatados na coletânea organizada por José Marques de Melo – *Pedagogia da Comunicação: matrizes brasileiras* (São Paulo, Angellara, 2006).

III – Fase do empirismo abstrato

1. Período Beltraniano – Área de pesquisa - O projeto pedagógico implantado por Luiz Beltrão na Universidade Católica de Pernambuco (1961) tem como alicerce o trabalho de pesquisa, dando novo sentido ao jornalismo, compreendido como disciplina integrante do conjunto das ciências da comunicação. O panorama desse período foi esboçado por José Marques de Melo em *Contribuições para uma pedagogia da comunicação* (São Paulo, Paulinos, 1974).
2. Período Jobiniano – Campo intelectual – Superação do estágio atomizado em que se desenvolveram os segmentos produtivo, associativo e acadêmico para assumir personalidade conglomerada. O ponto de partida foi o congresso nacional de comunicação, liderado por Danton Jobim, estimulando a integração laboral e a interdisciplinaridade investigativa (Rio de Janeiro, ABI, 1971), finalmente reconhecida pelo Estado, pro-

motor da I CONFECOM – Conferência Nacional de Comunicação (Brasília, 2010). Fontes recomendadas: Margarida Kunsch – *O ensino de comunicação* (São Paulo, ABECOM, 1992) e *Ensino de Comunicação* (São Paulo, ECA-USP, 2007), Marques de Melo – *Pesquisa em Comunicação no Brasil* (São Paulo, Cortez, 1983) e Vassalo de Lopes e outros – *Pensamento Comunicacional Brasileiro* (São Paulo, Intercom, 2005)

3. Período pós-Jobiniano – Comunidade acadêmica – A publicação do *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil – 2000-2010*, em Brasília (IPEA, 2011) sinaliza um novo período do campo, antecipando a inserção soberana do Brasil na comunidade acadêmica da área, como se torna evidente na realização do I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana (São Paulo, 2011). Pistas para vislumbrar esse período estão disponíveis na obra coletiva organizada por Marques de Melo – *O campo da comunicação no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 2009).

MARCOS HISTÓRICOS

Na expectativa de atrair jovens pesquisadores para a exploração e análise dos indicadores aqui apresentados, vamos incluir algumas notas sobre o protagonismo dos personagens que estão situados nas pontas desta cronologia histórica. Trata-se de figuras que perfilam uma espécie de liturgia do campo comunicacional: no início, dois cônegos que foram convertidos em arautos da nossa Historiografia; no período transicional da última fase, o “cardeal” ungido pela profissão e pela academia para nos representar no cenário mundial.

OS CÔNEGOS DO IHGB

O Cônego Januário da Cunha Barbosa assume a dianteira desse novo campo do saber, promovendo em 1839, na fundação do IHGB, a inclusão dos fenômenos comunicacionais na agenda da instituição. Evidenciados nas edições da Revista do Instituto, tais estudos teriam continuidade com os estudos do Cônego Fernandes Pinheiro e de vários outros intelectuais.

Clérigo prestigiado pela hierarquia eclesial e jornalista combativo respeitado pela elite política, Cunha Barbosa tinha o dom da oratória, tomando parte ativa na campanha pela independência, ao lado de José Bonifácio. Companheiro de Gonçalves Ledo na fundação do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, foi preso e deportado, só retornando ao país em 1824, quando foi nomeado Capelão Imperial, vindo a participar, como co-fundador, da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

O Relatório lido, no dia 25 de maio de 1839, trata das inscrições rupes- tres existentes na Pedra da Gávea (Rio de Janeiro), cuja autoria fora atribuída a navegadores fenícios que teriam visitado o Brasil antes de Cabral. O parecer do Cônego é taxativo: “os caracteres (...) não apresentam semelhança alguma de uma inscrição Fenícia, Cananea, Cartaginesa ou Grega”. Parecendo “sulcos gravados pelo tempo, entre dois veios de granito”, lembram os historiadores do IHGB que “os fenícios escreviam da direita para a esquerda”. (Costa, 1942, p. 414).

Estudos dessa natureza seriam desenvolvidos, em outros lugares e em outros tempos, por pesquisadores interessados na dinâmica da comunicação pré-cabra- lina. O inventário preliminar feito por Angyone Costa (1942, p. 429/430) sobre “as inscrições lapidares de fundo indígena”, demonstra que alguns pesquisadores pretendem nelas discernir a “ideologia selvagem”. Daí a advertência: cumprindo papéis bem mais prosaicos, tais registros perfilam função diversional - “distração de índio” – ou utilitária - “comunicação de lugar”, quando não se limitam ao âm- bito meramente informativo - “comunicado de acontecimento ou de passagem”.

O legado do Cônego Cunha Barbosa não se limita às inscrições petrográfi- cas, incluindo outras dimensões da comunicação no Brasil pré-cabralino. Enfei- xada no livro *Investigações sobre as povoações primitivas da América* – essa contri- buição balizou o trabalho de outros pesquisadores de sua época, tendo em vista a credibilidade granjeada pelo autor, considerado por José Honório Rodrigues (1969a, p. 38) como o “primeiro teórico e prático da pesquisa histórica” nacional.

Coube-lhe o privilégio de agendar a questão da “colonização do índio”, problematizando a “propagação do cristianismo” e revisando empiricamente as estratégias de catequese empregadas pelos jesuítas. O cônego adota uma linha de conduta caracterizada como “humanismo racional que expressa uma razão antiescravista” (Lindoso, 1990, p. 85), identificando nas festas indígenas, impreg- nadas pela alegria contagiante implícita nos cantos e danças, formas de resistência passiva ao regime de trabalho compulsório e de confinamento educativo imposto pelos colonizadores.

Se a pesquisa sobre inscrições lapidares vai ter continuadores do porte de Alfredo de Carvalho (1910), Ladislau Neto (1885) ou Valle Cabral (1887), o estudo crítico sobre a propaganda jesuítica teria no Cônego Fernandes Pinheiro seu principal herdeiro temático.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nasceu no Rio de Janeiro, em 1825. Teve formação eclesiástica, conquistando, por concurso, a cátedra de Retórica do Colégio Imperial de Petrópolis. Exerceu também o jornalismo, tornando-se um dos principais artífices do “ensaísmo histórico”. Publicou volumosa obra literária, sendo um dos pioneiros na produção de obras didáticas que embasaram o preparo intelectual de várias gerações.

Segundo Joaquim Ribeiro (1958: 115), seu principal mérito foi o de “antecipador em relação a diversos aspectos da nossa vida retrospectiva”.

Como era homem douto e de larga erudição, só tomava para estudos aspectos mal interpretados e obscuros de nossa historiografia. (...) Não há dúvida de que abriu caminhos para os historiadores futuros. (...) Versando temas parciais do nosso passado, (...) tornou-se, pelo mérito de suas achegas, uma das fontes fundamentais para a nossa historiografia especializada (p. 100-101)

Trata-se de argumento endossado por Werneck Sodré (1964, p. 326-327):

E não era a literatura tão desinteressante, no tempo, que já não merecesse o exercício da crítica, das reconstituições históricas e biográficas... (...) Nesse sentido, não é possível desmerecer a tarefa de um Fernandes Pinheiro... (...). É digna de atenção, entretanto, a tarefa daqueles iniciadores que reuniram os dados, ordenaram a matéria, estabeleceram paralelos, discriminaram influências – tudo dentro de uma deficiência natural que os levou à parcialidade. (...) Tais trabalhos (...) são indicações precisas de um desenvolvimento literário que exigia um grande esforço dos seus raros cultores.

Ingressando no IHGB em 1834, dois anos depois ele apresenta aos pares a dissertação “Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos jesuítas no Brasil”, publicado na Revista, tomo XIX, 1836, p. 379-397. Trata-se de uma defesa convicta das estratégias de propaganda religiosa praticadas pelos discípulos de Santo Inácio de Loyola no Brasil Colônia. Rejeitando a tese de Varnhagen sobre a natureza da filantropia jesuítica, implantada através de “meios violentos”, o jovem Cônego assegura que a congregação dos inacianos recorria a meios “suavíssimos” para converter os indígenas ao cristianismo, conduzindo-os à civilização.

Sua peroração final não deixa margem a dúvidas a respeito do endosso que o historiador confere aos métodos da catequese jesuítica, cuja interrupção pelo governo pombalino contribuiu, do seu ponto de vista, para a “aniquilação” das comunidades indígenas antes aldeadas. Por isso mesmo, Fernandes Pinheiro diz que a tábua de salvação dos nativos brasileiros seria o resgate das “tradições da catequese jesuítica” naturalmente escoimados os “abusos que nela se haviam introduzido”.

O Cônego voltaria a analisar a questão indígena e outras correlatas em sua vasta bibliografia, que está à espera de um jovem engajado na iniciação científica, disposto a ordenar e selecionar sua fortuna intelectual.

O CARDEAL DA ABI

Os estudos sobre os processos de comunicação se desenvolveram, em nosso país, desde meados do século XIX, mas na verdade a noção de “campo” data dos anos 70 do século XX. Até então, as práticas sociais e os respectivos estudos produzidos

pela academia eram segmentados pelas disciplinas que compõem o universo das ciências da comunicação. Vários fatores convergem para a nova forma de organização do trabalho e do conhecimento.

O detonador desse movimento de reconhecimento nacional foi o então Presidente ABI, que promove no Rio de Janeiro, em 1971, o I Congresso Nacional de Comunicação. Esse emblemático congresso de 1971 foi concebido, convocado e realizado por iniciativa de Danton Jobim, personagem hoje desconhecida das novas gerações.

Figurando entre as principais lideranças jornalísticas da sua geração, sua presença no segmento erudito se dá a partir de 1938. Danton publica seu primeiro livro intitulado *Problemas do nosso tempo*. Nele faz reflexões críticas sobre o jornalismo e a política, distanciando-se do marxismo-leninismo, referencial que marcara sua trajetória política no período 1923-1934.

Lança o segundo livro, denominado *A experiência Roosevelt e a revolução brasileira*, traduzido para o inglês com o título *Two Revolutions*. Publica em 1942 novo livro de jornalismo internacional – *Para onde vai a Inglaterra?* – resultado de sua atuação como repórter e analista do front europeu durante a Segunda Mundial.

Mas sua adesão ao território universitário somente se daria no fim daquela década, período marcado pelo fim do conflito bélico internacional, pela deposição do ditador Getúlio Vargas e pela retomada da vida democrática no território nacional.

Em 1948, ele participa como docente fundador do Curso de jornalismo da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Tinha como assistente seu colaborador no jornal *Diário Carioca*, o jornalista Pompeu de Souza. A dupla Danton-Pompeu transfere para a universidade o cabedal de conhecimentos acumulados no exercício da profissão, com a intenção de formar uma nova geração de jornalistas.

A conquista do status acadêmico foi responsável, em grande parte, pelo reconhecimento internacional que daria relevo à sua trajetória intelectual. Esse itinerário começa em 1952, quando ele recebe o Prêmio Maria Moors Cabot, atribuído anualmente pela Universidade de Columbia a jornalistas latino-americanos que se destacam na luta em defesa da liberdade de imprensa.

No ano seguinte (1953) Danton Jobim é convidado para atuar como Professor Visitante da Universidade do Texas, onde ministra curso sobre jornalismo Latino-Americano. Suas aulas despertam grande interesse dos professores e alunos pelo ineditismo da análise que focalizava a natureza mestiça do jornalismo praticado no Brasil. Ele esboça o perfil singular do jornalismo brasileiro, enraizado na tradição francesa do jornalismo opinativo e atualizado pelas influências do jornalismo

informativo norte-americano, assimiladas intensivamente no pós-guerra, quando a América Latina se converte em satélite da economia e da cultura dos EUA.

Como resultado dessa experiência bem sucedida na Universidade do Texas, ele se converte no primeiro acadêmico brasileiro a publicar artigo na conceituada revista *Journalism Quartely* (vol. 31, n. 1, 1954), p. 61-66, sob o título *French and US Influence Upon the Latin American Press*. Trata-se da síntese de suas preleções, editada pelo renomado pesquisador Robert Desmond, consultor internacional da UNESCO para o campo da comunicação de massa e responsável pela seção de comunicações estrangeiras do referido periódico científico, patrocinado pela Association for Education in Journalism - AEJ.

Contudo a sua consagração acadêmica iria efetivamente ocorrer em 1957, na cidade de Paris. A convite de Jacques Kayser, o mais importante cientista da comunicação da sua época, também assessor da UNESCO, como Desmond, ele atua como Professor Visitante na Sorbonne. Ali publicou o livro *Introduction au Journalisme Contemporain*, com prefácio do famoso Kayser. Nesse mesmo ano, participa, na sede da UNESCO, da já mencionada conferência mundial, reunida com a intenção de fundar a IAMCR – International Association for Mass Communication Research, sendo eleito para compor a primeira diretoria da entidade (Marques de Melo, 2007 e 2008).

Ungido pelo reconhecimento internacional, tanto na França quanto nos Estados Unidos, Danton Jobim assumiria papel decisivo na construção do espaço acadêmico que desaguaria na constituição do campo comunicacional brasileiro.

Esse novo ciclo começa em 1958, quando ele participa, em Quito, Equador, da reunião preparatória para a fundação do CIESPAL – Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para América Latina. Jobim chegou a cogitar, em diálogo com as lideranças da UNESCO, a possibilidade desse novo organismo internacional vir a ter sua sede no Rio de Janeiro. Infelizmente, não encontrando muito apoio, desistiu de levar adiante a iniciativa.

Porém, entusiasmado com a boa repercussão de suas ideias jornalísticas no exterior, Danton anima-se a divulgá-las também no Brasil. Em 1960, publica o livro *Espírito do jornalismo* (Rio de Janeiro, Livraria São José), contendo a tradução das suas conferências parisienses e outros ensaios. Reeditado pela EDUSP, em 1992, esse livro integra a coleção “Clássicos do jornalismo Brasileiro”, tendo recebido excelente introdução escrita por Carlos Eduardo Lins da Silva.

Em 1961 ele publica em Quito, Equador, seu livro *Pedagogia Del Periodismo: Métodos de Enseñanza orientados para la Prensa Escrita*, resultado do curso ministrado no CIESPAL no ano anterior. Rapidamente esgotada, por se tratar de obra inédita e ousada, a segunda edição circula em 1964.

Mas a valorização do potencial pedagógico demonstrado internacionalmente por Jobim não produz ecos recompensadores no interior da academia brasileira. Aliás, a própria conjuntura política mostrou-se desfavorável. Com o golpe militar de 1964, as perspectivas de florescimento intelectual no país eram desmotivadoras, quando não assumiam formato nitidamente castrador.

Compreende-se, desta maneira, que o nosso personagem tenha reduzido seu ímpeto acadêmico, buscando compensações no terreno da política, aonde viria a ter um papel relevante na resistência democrática ao crescente autoritarismo que se projetou em todo o Cone Sul da América.

São, portanto, episódicos ou burocráticos os registros de sua participação final no mundo acadêmico. Por exemplo, em 1968, ao ser criada a Escola de Comunicação da UFRJ, a partir da estrutura do primitivo Curso de jornalismo da Universidade do Brasil, ele assume o cargo de Vice-Diretor.

No ano seguinte, afasta-se do cargo de Vice-Diretor da ECO, para assumir seu primeiro mandato de Senador. Danton Jobim permaneceu lecionando na instituição e participando de atividades acadêmicas, na medida do possível, até sua morte em 1978.

Mas tudo indica que quis dar ao seu canto de cisne um sentido público, promovendo o congresso de 1971 para reivindicar do Estado políticas de comunicação capazes de corrigir as distorções remanescentes no sistema nacional.

Pelo menos é isso que transparece no seu discurso de encerramento. Três ideias-chave definiram sua compreensão do evento: juventude, desenvolvimento e democracia. As ideias privilegiadas pelo orador podem ser resumidas da seguinte maneira: 1. Celebrou a maturidade da “juventude” que participou ativamente dos debates; 2. Enfatizou que o “desenvolvimento” só pode ser alcançado com “democracia” e comunicação; 3. Reivindicou uma “política global de comunicação”, para a formulação da qual contribuiriam as teses endossadas pelo congresso.

Proclamado pelo seu idealizador como um “acontecimento histórico na vida da ABI”, o I Congresso Nacional de Comunicação realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, no período de 11 a 16 de setembro de 1971, reunindo jovens professores e pesquisadores que ocupariam nos anos seguintes papéis decisivos na constituição do campo acadêmico da comunicação no Brasil. A consulta aos *Anais do 1º Congresso Nacional de Comunicação* (Rio de Janeiro, ABI, 1971) comprova plenamente essa hipótese.

Contudo, a importância política desse congresso está explícita na epígrafe de discurso de abertura proferido por Danton Jobim – “Por uma política nacional de comunicação no Brasil”. Trata-se de do “desafio do seu tempo”, que a seu ver,

a ABI acolhia patrioticamente, argumentando que “deixar a iniciativa a cargo exclusivamente do Governo é até perigoso, porque conduz inevitavelmente à hipertrofia do Estado, em detrimento da democracia”.

FONTES

Carvalho, Alfredo

1910 – *Pré-História Sul-americana*, Recife.

Costa, Angyone

1942 – *Das inscrições lapidares de fundo indígena*, Rio de Janeiro, IHGB.

Lindoso, Dirceu

1993 – O Cônego e a Catequese Indígena, *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 110, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, p. 67-90.

Neto, Ladislau

1885 – Investigações sobre arqueologia brasileira, *Arquivos do Museu Nacional*, v. 6

Marques de Melo, José

2011 – Memória das ciências da comunicação, Recife, Intercom

2008 – *História Política das Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro, Mauad

2007 – *História do Pensamento Comunicacional*, 2ª. ed., São Paulo, Paulus

Mattelart, Armand –

1995 – *La invención de la comunicación*, Barcelona, Bosch.

Ortega Carmona, Alfonso

1996 – Quintiliano, pensador e educador, In: Quintiliano – *Sobre la formación del orador*, v. 6, Salamanca, Universidad Pontificia, p. 11-37.

Ribeiro, Joaquim

1958 – Joaquim Caetano Pinheiro e a historiografia brasileira, *Revista do IHGB*, v. 240, Rio de Janeiro, 1958, p. 116-126.

Rodrigues, José Honório

1969a – *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, Nacional

1969b - *A Pesquisa Histórica no Brasil*, São Paulo, Nacional

Rogers, Everett

1994 – *A History of Communication Study*, New York, MacMillan Inc.

Sodré, Nelson Werneck

1964 – *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Sousa, Jorge Pedro

2006 – *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*, Porto, UFP.

Valle Cabral, Alfredo do

1887 – *Inscrições lapidares no Brasil, Relatórios de viagem*, Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional.